



## ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2012

### Acta n.º 29

Ao quarto primeiro dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:35 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e seis de Novembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO PRIMEIRO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de Adesão do Município de Albufeira à Rede Portuguesa de Arquivos, nos termos da alínea m) do n.º 2 do artigo 53º e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64º da Lei n.º 169/99; -----

**PONTO SEGUNDO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Projecto de Regulamento dos Programas de Ocupação de Tempos Livres, e a Proposta de Regulamento Municipal de Utilização das Habitações Sociais, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53º da Lei 169/99 de 19 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro; -----

**PONTO TERCEIRO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de Constituição do Direito de Superfície a favor da AHSA - Associação Humanitária Solidariedade Albufeira, de uma parcela de terreno sita nos Calços, freguesia e concelho de Albufeira, nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro; -----

**PONTO QUARTO:** Apreciação e deliberação, do Relatório da Inspeção Geral de Finanças; -----

**PONTO QUINTO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Alteração ao Plano de Urbanização da Frente Mar da Cidade de Albufeira; -----

**PONTO SEXTO:** Apreciação e deliberação do Regulamento da Taxa Municipal de Protecção Civil do Município de Albufeira; -----

**PONTO SÉTIMO:** Apreciação e deliberação da Concessão de um Sistema de Transportes Públicos de Interesse Turístico em Comboio Rodoviário Articulado (Zona Nascente da Cidade); -----

**PONTO OITAVO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da atribuição de Despesas de Representação a Dirigentes Intermédios de 1.º e 2.º graus.-  
A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

**PRESENCAS:** Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Nuno Miguel Martins Laje e Lisboa (membro suplente PSD), Vítor Manuel Clemente da Silva (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Adriano Duarte de



Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira Oliveira (PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Alberto Esteves do Rego Saraiva (membro suplente PSD), Luís Manuel Gomes Fernandes (membro suplente PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Sara Luísa Ascensão Marques Carvela Serra (PS), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE), Manuel José Guerreiro Gonçalves (membro suplente PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira - Hélder Manuel Rodrigues Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente, Presidente da Junta de Freguesia da Guia - Joaquim Manuel Correia Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água - Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne - Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Rolo, dos Vereadores em regime de permanência, Marlene Martins Dias da Silva, Carlos Sérgio Freire Quintino, José Manuel Bota Sequeira, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífarro Dinis, Paulo José Rato Dias, e da Vereadora em regime de não permanência Francelina Lourenço.-----

**FALTAS:** Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD) e Vereador David Martins. -----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, Francisco Calhau, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Santos e David Martins, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os Membros, Nuno Lisboa, Alberto Saraiva, Luís Fernandes, Manuel Gonçalves e Francelina Lourenço. -----

Havendo quórum (**vinte e seis presenças**), o Presidente da Assembleia usa palavra.----

Presidente da Assembleia: "Antes de dar início a esta Assembleia iria pedir que fizéssemos um minuto de silêncio pela nossa secretária Sónia Rafael, que esteve sempre connosco ao longo destes anos".-----

Faz-se um minuto de silêncio. -----



O Presidente da Assembleia inicia a sessão com o período destinado aos munícipes. ----  
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Carlos Ventura: "Boa noite, há pessoas que não gostam que eu venha aqui, mas eu venho à mesma. Venho porque fui acusado várias vezes, aqui nesta sala." (Apresenta intervenção escrita (doc.1)) -----

LEGALIDADE LEZARDE/ LÓGICA/ PERSONALIDADE I  
REALIDADE/ QUALIDADE/ IGUALDADE/ ~~LIBERDADE~~  
FRATERNIDADE LIBERDADE IDEAL/  
NÃO CONSUMO A LIBERDADE DO CONCEPTO PLANE-  
TARIO HUMANO/ NÃO RESISTO DE TORNAR AS ES-  
SÊNCIAS/ RESISTO OS EQUILÍBRIOS NÃO IS-  
PIRITO DE LÓGICA NUNCA DEMOCRACIA AVAN-  
CADA RESTRITA NO CONCEPTO DE TORN A  
HUMANIDADE/ SE PRATICA ACTUAL O DESCRIBE  
DA PERSONALIDADE DA LIBERDADE DA FRATERNIDADE  
DA BUSCA DO IDEAL/ NÃO DA LÓGICA HUMANA  
SOMOS VIVEMOS OS DESLÍBRIOS/ NO INDIVÍDUO -  
LEGIT/ TEMOS CONSEQUÊNCIAS DRÁSTICAS A FOME  
A MISÉRIA/ A ESCRAVIDÃO/ O GENOCÍDIO (PA-  
TRICÍDIO) DO SILENCIO DO PROGRESSO/ NA  
PLANETA EM CADA 12 SEGUNDOS MORRE UM  
SER HUMANO POR FOME/ SÃO OS SILENCIOS  
DA MORTE/ NÃO MANIFESTAMOS NOSSA INDIGNA-  
ÇÃO/ SOMOS OS ESPECTADORES DE PADRÕES DE  
UM ACTO DESUMANO DA INDIFERENÇA  
VIVEMOS A INDIFERENÇA/ NE AGUO/ NOS AGUO  
SOMOS PATRIZ DA RESPONSABILIDADE/  
OS SUBMUNDOS/ O B.P.M. B.P.T. UNIVERSIDADES  
MODERNA SUP. ESCOLAS PRIVADAS COM OS  
DIFERENTES PÚBLICOS/ 3% / 12.000.000 DE DÍVIDA  
DE ÁGUA/ 120.000.000 DE DÍVIDA QUE O EX-  
PRESIDENTE DEIXANDO A BURECRIA MUNICIPAL  
SE SUBORDINAVA DURANTE DIAS NO ORÇAMENTO  
ANUAL/ GO DO PAÍS COM RECEITA DO ORÇ-  
AMENTO DA CONSTITUIÇÃO/ FOI O FRACASSO PORQUE  
O FUTURO PRA O MAL A CONDIÇÃO DEVERTECI-  
FICADO OUTROS SECTORES INDUSTRIAIS DIVERGAS  
OS TANTOS SECTOS O ARTESANAL COM FORTIFICAR  
DE PÓS DE VENDA EM LOCAIS PROPRIOS  
O QUE É O IDEAL/ SE O IDEAL DE SOCIEDADE  
DESPROBAMAM ALBUFEIRA O ALGAMA O  
PAÍS A PLANETA O IDEAL DA MODAL DA COL-  
LÉCIA PROIBINDO O FUTURO



DESTABILIZANDO A ESSENCIA DESPROTEGIDA -  
 RAN O FUTURO PARA VOS DOS ALBUFEIRENSES  
 RECEBEM ALGUMAS EM SITUAÇÕES DE CALIDADE  
 PROSECUTAM UMA SOCIEDADE SEM FUTURO  
 SEM ALCANÇAR A CALIDADE NA ALCANÇAR  
 SOCIEDADE / A JUSTIÇA DO FUTURO / A TRAZER  
 A IGUALDADE DE DIREITOS HUMANOS  
 O IDEAL / PROSECUTAM A CALIDADE / ALCANÇAR  
 A PERSONALIDADE HUMANA / A ESTRUTURA HUMANA SE ES-  
 DE CONSCIENTE / A ESTRUTURA HUMANA SE ES-  
 TÁVEL PLANTAR O IDEAL HUMANO SE O IDEAL  
 E DESPREZANDO O QUE É ESSENCIAL HUMANO SE O IDEAL  
 A CONDIÇÃO DA PERSONALIDADE SE CONJUGA  
 NO CONJUNTO O IDEAL DO SIGNIFICADO DO  
 QUE SOMOS / DO QUE PRETENDIMOS SER / NOSSO IDEAL  
 TODOS SOMOS O MESMO / POR O TER POR O  
 INDIVIDUALISMO / SOMOS A DISTRIBUIÇÃO DO AQUE-  
 CIMENTO GLOBAL DA PLANTA / ALGUMAS OCEANO  
 A JUSTIÇA DE PERSONALIDADE A IGUALDADE  
 SE TRANSFORMA O IDEAL / O SENSO DO COM-  
 PORTO REAL REALIZADO / A PERSONALIDADE DO SEN-  
 TIMENTO DO POSITIVO CONCRETO  
 O IDEAL DE SOCIEDADE NO CONCEITO DE CONJUN-  
 TO / PROTEGIDA DE PERSONALIDADE NA ES-  
 SÊNCIA DO TODO /  
 O IDEAL SE CONJUGA NUM PROCESSO DE LO-  
 DICES NO CONCEITO DO IDEAL FRATER NÓBILIS  
 JUSTIÇA IGUALDADE DO TODO /  
 O SER HUMANO SÃO AS PAZES / A PLANTA DO  
 FRUTO / SÃO A ESSENCIA NO CONCEITO DA CO-  
 LÉVEL DO IDEAL OS SENTIDOS DA PLANTA / O QUE  
 É A RAÍZ O QUE É O IDEAL / O QUE É O SER HUMANO  
 POR O IDEAL SE CONJUGA / POR A PERSONALIDADE  
 DE REALIDADE IGUALDADE FRATER NÓBILIS / NOS RE-  
 MANTER O IDEAL / ADMITA FAZENDO A CONJUN-  
 TURA DE REALIDADE DO SENTIMENTO PARA A PLANTA  
 HUMANA / NO IDEAL DE SOCIEDADE NO CONCEITO  
 HUMANO / A FRATER NÓBILIS A JUSTIÇA OS EQUIVOCOS  
 ALCANÇAR A NÍVEL DO SER HUMANO



~~LEIÇÕES ELEIÇÕES~~  
 LEIÇÕES / LÓGICA / PERSONALIDADE / LEIÇÕES / QUALIDADE  
 REALIDADE / ~~PERSONALIDADE~~ IGUALDADE / FRATERNIDADE  
 PERSONALIDADE HUMANA / ESTRUTURA  
 PLANO / DE CONSCIÊNCIA / A CONSCIÊNCIA HUMANA / IDEAL  
 IGUALDADE DE ESTRUTURA PLANO  
 A CONSCIÊNCIA DA PERSONALIDADE SE CONDUZ  
 AO CONSUMO / DO SUSTENTABILIDADE DO QUE SOMOS X  
 A LÓGICA DE PERSONALIDADE / SE TRANSFORMA  
 POR O IDEAL / NO CONCRETO / REAL / REALIZADO / NA  
 PERSONALIDADE DO INDIVÍDUO / DO POVO / CONCRETO  
 O IDEAL DE SOCIEDADE / NO CONCRETO DE CONSC  
 DA / PROPORCIONALIDADE / DA LEI / DA LEI DO TUDO  
 POR O IDEAL / SE CONDUZ / POR PERSONALIDADE  
 DA REALIDADE / IGUALDADE / FRATERNIDADE  
 ADMITA ESTATUOS A CONSCIÊNCIA DE REALIDADE  
 DE ESTRUTURA PLANO / PLANO HUMANO  
 NESTE MOMENTO DO DE SOCIEDADE SEM PROJETO  
 HUMANO / SEM PROJETO PLANO / SEM PROJETO  
 PROJETO DO GLOBO / SEM PROJETO DO  
 PAÍS / SEM PROJETO DO CONTINENTE  
 A REALIDADE EM FOCALIZA  
 A JUSTIÇA A QUALIDADE  
 O APROPRIAMENTO GLOBAL A REALIDADE  
 DO INDIVÍDUO / A SOCIEDADE SEM  
 SOCIEDADE COATIVA COM A SEM SOCIEDADE  
 ADOÇÃO DE NINA / PROJETO COLETIVO

Relatório dos Acus

C. R. S. |

O SEM HUMANO AS 21:20  
 A PLANO DE PLANO  
 SEM A DESEJO NO DESEJO  
 DAS POLÍTICAS AO 10:30

Não havendo mais intervenções por parte do público, nem correspondência o Presidente da Assembleia dá início ao período da ordem do dia. -----



## ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de Adesão do Município de Albufeira à Rede Portuguesa de Arquivos, nos termos da alínea m) do n.º 2 do artigo 53º e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64º da Lei n.º 169/99; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vítor Clemente: "Boa noite, sobre este ponto só tenho uma questão: qual o valor envolvente anual, para a adesão do Município de Albufeira à Rede Portuguesa de Arquivos?"-----

Presidente da Assembleia: "Não sei se leu, na primeira página da informação do SGD, onde diz: *para garantirmos que de facto cumprimos os requisitos e que não importava custos para a autarquia, contactou-se a Keep Solutions, empresa que forneceu o DigitArq, que nos garantiu que cumprimos os requisitos.* Portanto, segundo esta informação, resulta sem custos para a autarquia." -----

Vítor Clemente: "No número sete, na página vinte, a alínea c) diz: *contribuir para o cumprimento dos objectivos de curto, médio e longo prazo definidos no âmbito da RPA e dos respectivos Planos anuais de actividades.* Se não envolve valores, óptimo! É só para saber se, de facto, o município irá ou não envolver valores. Se não, muito bem, se sim, quais são os valores, mais nada."-----

Presidente da Assembleia: "Eu dá-me ideia que não. A informação que temos aqui é que não envolve valores."-----

Paulo Freitas: "Boa noite, quero apresentar uma proposta, que passaria a ler." (doc.2) --



Proposta

Tendo em atenção que da adesão do Município de Albufeira à Rede Portuguesa de Arquivos não importa quaisquer custos financeiros para o município ( como consta da informação em SGD sem assinatura ou autoria identificada, com a menção "à consideração superior"), a Assembleia Municipal autoriza a adesão, nesta condição essencial, de ausência de custos.

4 de Dezembro de 2012

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: um (01) Carlos Lima;-----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Vítor Clemente, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Alberto Saraiva, Luís Fernandes, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Serra, Rosário Charrua, Manuel



Gonçalves, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria. -----

Carlos Lima: "Quero apresentar uma declaração de voto. É só para dizer que votei contra, porque não percebo bem porque é que neste caso não pode haver custos. Resta saber é, se havendo custos os benefícios valem pelos custos ou não. À partida dizer que não vamos aderir se tiver custos, eu penso que primeiro devíamos avaliar as vantagens de aderirmos à rede. Dizer à partida que não vamos aderir se tivermos custos, acho que é um precedente muito perigoso, quer dizer, a partir de agora não vamos aderir a nada, porque não temos dinheiro, então nem vale a pena avaliar. Só por isso é que voto contra, porque acho que deveria ser avaliado não os custos mas sim os benefícios, e depois comparar."-----

## PONTO SEGUNDO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Projecto de Regulamento dos Programas de Ocupação de Tempos Livres, e a Proposta de Regulamento Municipal de Utilização das Habitações Sociais, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53º da Lei 169/99 de 19 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto. -----

Presidente da Assembleia: "Este ponto tem um lapso, porque tem incluído dois pontos/assuntos distintos. Vamos primeiro votar o Projecto de Regulamento dos Programas de Ocupação de Tempos Livres."-----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Vitor Clemente, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Alberto Saraiva, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Serra, Rosário Charrua, Manuel Gonçalves, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----





Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por unanimidade. -----

Presidente da Assembleia: "Vamos então passar à Proposta de Regulamento Municipal de Utilização das Habitações Sociais."-----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vítor Clemente: "No que diz respeito a esta situação da utilização das habitações sociais, se for possível informar esta Assembleia, de qual é o montante em dívida, das casas, ou das habitações ou dos espaços sociais, que a Câmara Municipal dispõe, e que procede ao aluguer. Para que a Assembleia possa vir a ter conhecimento dos valores que estão em dívida, não de hoje com certeza, mas ao longo dos tempos, e que incluem alguns milhares de euros, penso eu de que. E seria bom que surgisse uma informação nesse sentido, se não for altura, porque não tem os elementos que possa informar a Assembleia, era pedido para que seja informado o Presidente da Assembleia do valor em dívida. Porque compete a nós, membros da Assembleia, e temos de executar essa função como fiscalização. Nós somos membros da Assembleia para tomarmos medidas, mas também para termos conhecimento."-----

Presidente da Assembleia: "Em relação a este Regulamento Municipal de Utilização das Habitações Sociais, envolve aqui legislação de acordo com o arrendamento, e esta proposta foi aprovada em reunião de Câmara, em Junho, e entretanto entrou em vigor nova legislação sobre o arrendamento em Agosto. Portanto, parece-me que há aqui alguma legislação que remete ainda para a antiga legislação e que entretanto foi alterada. Eu penso que seria prudente que nós retirássemos este ponto da Assembleia e remetêssemos à Câmara para que vejam se há algumas alterações a introduzir para compatibilizar com a nova legislação do arrendamento."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca a votação a proposta de retirar o ponto e remeter à Câmara Municipal para apreciação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Vítor Clemente, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Alberto Saraiva, Luís Fernandes, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Serra, Rosário Charrua, Manuel Gonçalves, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Presidente



da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----

Foi deliberado por unanimidade, retirar a presente proposta de Regulamento e remete-la à Câmara Municipal.-----

### **PONTO TERCEIRO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de Constituição do Direito de Superfície a favor da AHSA - Associação Humanitária Solidariedade Albufeira, de uma parcela de terreno sita nos Calços, freguesia e concelho de Albufeira, nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro; -----

O Presidente da Assembleia sai da sala e a Primeiro-Secretário toma o seu lugar.-----

A Primeiro-Secretário apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "Parece-me não haver grandes dúvidas quanto à necessidade de concessão deste direito de superfície, a questão que eu coloco é o direito de superfície em si tem o valor que tem, naturalmente que isto será para construir uma nova sede, umas novas instalações da AHSA, que muito tem feito por este concelho. E a questão é saber realmente qual é o passo seguinte, se de facto a concessão pouco altera, mas saber se a Câmara Municipal tem capacidade, ou a AHSA por si própria, capacidade para depois executar o projecto ou o plano da construção deste projecto, e isto por contraposição relativamente àquilo que aconteceu há uns meses atrás, com a situação relacionada com a Nuclegarve, em que se verificou que os valores que estão envolvidos seriam extremamente elevados em termos do esforço do município, e portanto o projecto foi parado e suspenso. A questão que eu coloco é se estamos aqui a aprovar um direito de superfície para que exactamente as mesmas circunstâncias, ou em que tempo a mesma poderá ser desenvolvida. Poderei estar a tentar fazer, não é futurologia, mas eventualmente, estarmos aqui a aprovar o direito de superfície, e posteriormente nada acontecer, porque quer a Associação, quer o Município não tenham capacidade para executar a obra."-----

Carlos Lima: "Só para acrescentar duas coisas. A primeira é se será necessário para eventualmente a Associação se candidatar, já ter o terreno em seu nome. E era outro esclarecimento, saber se este terreno é aquele que faz parte da cedência de uma urbanização que havia ali, ou é aquela que a Câmara ia comprar, não sei se comprou. Só para saber qual destas parcelas é, e para acompanhar a preocupação que tenho, que depois disto não se possa avançar, como realmente é necessário. Todos esperemos que



possa avançar, mas terá que ter alguns financiamentos. Portanto gostava de ser esclarecido sobre isto."-----

Vítor Clemente: "Só para acrescentar àquilo que já foi dito pela bancada, geralmente neste tipo de situações, era normal haver o prazo de início da obra. Para que, caso não fosse cumprido, revertisse todo o terreno novamente para o município. Mas nos dias de hoje, com toda esta dificuldade, tudo leva a crer, vamos ser muito correctos, com custo envolvente, vão ter algum tipo de dificuldades. Seria bom também que, da parte do Presidente da Câmara pudesse informar a questão que o Carlos Lima colocou, se é um terreno ou se são os dois."-----

Carlos Gabriel: "Eu também corroboro da mesma posição, e penso que se deve estabelecer um prazo para que efectivamente as obras comecem, e se durante esse prazo as obras não começarem, o terreno reverte novamente à Câmara, poderá acontecer a situação que se a Câmara depois pretender esse terreno teria de comprar depois a esta instituição. Então, se calhar propunha um prazo de quinze anos. Dentro de quinze anos iniciam-se as obras, se não se iniciarem dentro deste prazo, o terreno reverte automaticamente para o município, sem custos."-----

Francisco Guerreiro: "Parece-me que o que está em causa é o direito de superfície do terreno. Como eu acompanho a comissão, o que me parece aqui é isso, que está em causa este problema ser resolvido para que a instituição possa recorrer ou candidatar-se."-----

Luís Fernandes: "O que está aqui em causa não é a contratação ou não. O que está aqui em causa, por uma questão de ética, é saber se a obra é feita ou não. Se vem da Câmara, se vem de fundos comunitários, isso agora não interessa."-----

Presidente da Câmara: "Não se trata da cedência de superfície da totalidade do terreno. São apenas quatrocentos e tal metros quadrados, que foi em consequência de uma alteração de alvará, que obrigou a cedência de mais dois mil seiscentos e oitenta e quatro que era e agora passa para três mil cento e vinte metros quadrados. Falar que a construção que se vai fazer, eu não tenho conhecimento das contas bancárias da AHSA, suponho que não haverá condições de levar a obra por adiante, obviamente a Câmara Municipal tem de responder, e responde, que não é com certeza nos próximos anos que vai ter dinheiro para financiar esta obra. Até porque, uma questão que era até do próprio município, o Largo dos Olhos de Água, que estava previsto, tinha sido feita também uma candidatura que tinha sido considerada talvez à volta de um milhão de euros, para a sua construção, e também tivémos de deixar cair porque não havia contrapartida, não era possível, porque os fundos comunitários é extremamente interessante, mas é quando há dinheiro para a contrapartida. Neste momento não é possível, em dois mil e treze não será possível, o orçamento está quase a vir aqui à Assembleia Municipal, portanto não está previsto, isto para dizer que a obra não irá



para a frente nos próximos anos. A outra questão da reversão do direito de superfície caso a obra não se inicie. Obviamente que faz todo o sentido, mas não é só para este caso, estou inteiramente de acordo, para quando forem feitos os contractos deverá estar escrito o prazo, dez ou quinze anos.”-----

Francisco Oliveira: “É só um pedido de esclarecimento, aqueles dois mil e seiscentos foram adquiridos? Já pertenciam à ASHA?”-----

Presidente da Câmara: “Já pertenciam à ASHA.”-----

Carlos Gabriel: “Apresento proposta no sentido de aditar à presente proposta a fixação do prazo de quinze anos para o início da obra.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, a Primeiro-Secretário coloca o ponto a votação em alternativa. -----

**VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL:** -----

Votos contra: vinte e cinco (25) Nuno Lisboa, Vitor Clemente, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Alberto Saraiva, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Serra, Rosário Charrua, Manuel Gonçalves, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Carlos Silva e Sousa -----

A proposta é reprovada por unanimidade dos presentes. -----

**VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL COM PROPOSTA DE ADITAMENTO DO MEMBRO CARLOS GABRIEL:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Nuno Lisboa, Vitor Clemente, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Alberto Saraiva, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Serra, Rosário Charrua, Manuel Gonçalves, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: uma (01) Carlos Silva e Sousa -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----



-----  
O Presidente da Assembleia regressa à sala e retoma o seu lugar.-----  
-----

#### PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação, do Relatório da Inspecção Geral de Finanças; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente: "Eu julgo que, no que diz respeito ao Relatório da Inspecção Geral de Finanças, nós só temos de tomar é conhecimento, julgo eu, a não ser que seja a situação da informação dos técnicos que elaboraram o documento para a Câmara, e que remetam também para a Assembleia. Se for uma situação em termos de apreciação e deliberação, pois neste caso não sei como é que iremos votar. O que está aqui em causa, na parte do ofício, é um problema gravíssimo para Albufeira. Todos nós já temos conhecimento sobre isto, em que o despacho do chefe de gabinete do Secretário de Estado refere ter visto com muita preocupação toda esta situação, e que está em causa também é uma situação no que diz respeito a valores que foram informados pelo município, pelo executivo, e valores que foram detectados pela inspecção. Os valores são enormes, são altamente preocupantes, e isto são situações em que todos nós, incluindo a oposição, temos de fazer força conjunta para que possamos encontrar a maior harmonia para podermos resolver o problema económico e financeiro deste concelho. Porque connosco aqui, durante estes quatro anos de legislatura passamos de facto, para uma situação, para a população de Albufeira, de altos custos, é preocupante, devemos assumir esta situação com preocupação. Eu assumo, mesmo sendo oposição, poderia dizer que estou a discordar porque votei contra, não, eu estou cá, também faço parte desta Assembleia no bom e no mau. E esta situação, ao longo dos tempos, temos andado a discutir muito mal, porque não estamos interessados absolutamente em nada, só queremos ouvir o lado que nos é favorável, e levantarmos a mão e aprovarmos, ou no meu caso, reprovamos. É um problema, e gostaria de ouvir o Presidente da Câmara sobre esta situação, é algo que me deixa muito preocupado com esta situação. A preocupação é de tal ordem, que diz respeito a todos nós, porque há pessoas que já não têm condições de suportar os custos que começam a surgir. Renegociar esta situação, verificar esta situação, pedindo sempre ao executivo, para não elevar mais taxas, que as pessoas já não podem mais. Hoje cada vez mais, e todos nós criticamos aquilo que ao nível do Departamento de Finanças, no vem fazendo desde o início. Por isso, senhor Presidente da Câmara se fosse possível dar uma explicação, um orçamento real de um ano, não chega para pagar a despesa que foi detectada de Novembro de dois mil e onze a Janeiro de dois mil e doze. É uma situação altamente preocupante, e assusta qualquer um. Quem são os culpados? Não vale a pena andarmos





à procura dos culpados, as pessoas que foram culpadas não estão, os meus erros assumo sempre como cidadão, não como a situação político-partidária, e esta é uma situação que me diz respeito, como membro desta Assembleia, gostaria de estar devidamente informado." -----

Francisco Oliveira: "No seguimento do que foi referido, penso, na minha modesta opinião, que a Assembleia não tem competência para deliberar sobre o relatório de inspecção, eventualmente comentar, e pedir esclarecimentos. Mas em tudo isto e para além do que consta no relatório, por coincidência, recebi da Assembleia Intermunicipal uma informação sobre as dívidas do município às várias entidades do Algarve. Infelizmente Albufeira está no primeiro lugar com vinte e três milhões de dívida a estas quatro entidades do Algarve. E isto põe em causa aquilo que nós na última Assembleia aprovamos, ou foi decidido pela bancada do PSD, na altura, que tem a ver com o PAEL. Se o valor do PAEL, pelo menos os valores que transitaram do Governo, das entidades oficiais, forem aprovados nesta Câmara Municipal não chegarão para pagar estes vinte e três milhões. Se não se conseguir o empréstimo então estaremos numa situação extremamente complicada, isto é preocupante, eu devo dizer que, por exemplo, no caso concreto de Portimão, deve às entidades regionais qualquer coisa como quatrocentos mil euros, indiscutivelmente a dívida de Portimão é muito superior à de Albufeira, mas esta dívida relativamente às entidades regionais, que à partida irá ser absorvida quase na sua totalidade com o valor do PAEL, não deixará à Câmara Municipal qualquer possibilidade de respirar e poder eventualmente pagar a fornecedores a curto prazo. Isto tendo em consideração que será possível obter o empréstimo junto das entidades bancárias. Nós estamos a falar aqui de duas vertentes distintas, uma é o valor que vinha do PAEL, e outra era o empréstimo bancário concedido pelas entidades privadas. E portanto, depois deste Relatório Geral da Inspeção de Finanças, depois destes números que nós temos aqui, de facto, verifica-se com grande preocupação que este hipotecar que esta Assembleia Municipal aprovou na última Assembleia de ficarmos vinte anos a pagar estes trinta milhões de euros se calhar não vai servir de muito, tendo em consideração que eles vão ser absorvidos, com mais montantes que aqui estão, e portanto caminhamos a passos largos para esta situação de risco. E era nesse sentido que gostaríamos de ter a informação, para não nos depararmos daqui a dois ou três meses com mais buracos, com mais uma situação de incumprimento e ruptura"-----

Luís Fernandes: "A autarquia de Albufeira viveu desde dois mil e oito num cenário ilusório e parece que aquilo que tinha acontecido no mundo não tinha chegado a Albufeira. Há um decréscimo mundial em dois mil e oito, e Albufeira continua a viver como se nada chegasse aqui, portanto tudo isto parece uma amnésia em geral e que Albufeira não tomou conhecimento daquilo que tinha acontecido no mundo, nós temos



de recordar dois mil e oito, foi pré ano de eleições de dois mil e nove, e cometeram-se as maiores loucuras económicas em Albufeira. Albufeira em dois mil e oito gastou em iluminação de Natal exactamente o mesmo que a cidade do Porto. É uma loucura, mas agora estamos todos com medo. Em dois mil e oito estávamos num ano de pré eleições, e trinta milhões de euros para um novo pavilhão, já tínhamos três ou quatro pavilhões em Albufeira, muito bons, na escola secundária, nas freguesias, mas era importante ganhar as eleições. E só num ano, o que se desperdiçou, o que se investiu, o que se estoirou de dinheiro, é uma realidade, e a consciência é importante, não interessa se somos da esquerda ou da direita, o importante era ganhar o mandato, e foi essa inconsciência que nos levou à situação que estamos hoje aqui. A situação que hoje está aqui foi por causa da loucura de há quatro anos atrás de ganhar as eleições. Não tínhamos dívidas, passámos a ter milhões de dívidas, e é isso que estamos aqui hoje a discutir, andamos aqui a discutir como é que vamos pagar as dívidas que foram cometidas há quatro anos atrás, e todos, os da esquerda e da direita concordam com isso, obviamente que os da direita não vão votar nisto, mas todos têm esta consciência, e o peso da consciência é o pior que nós podemos ter no futuro. Nós permitimos isto, ninguém foi capaz de dizer não, e quem estava no poder, quem estava na maioria, ninguém teve coragem para dizer não. Sosseguem um bocadinho, não gastem tanto, hoje andamos aqui a discutir isto, andamos a discutir a consciência das pessoas, não o orçamento, porque este já não há dinheiro para pagar."-----

Carlos Lima: "Gostava de saber se esta diferença que há entre as dívidas que a autarquia apresentou e o que foi detectado pelas finanças, foi um erro técnico, ao que é que se deve, estamos a esconder buracos debaixo do tapete, ou se realmente isto foi um erro técnico e agora foi detectado que estas dívidas estavam noutro lado, e deveriam, se calhar estar, noutra rubrica. Eu gostava de saber se isto realmente aconteceu e não devia ter acontecido, ou se é normal acontecer esta discrepância de verbas, que me parece altamente preocupante. Era só este esclarecimento que eu gostava de obter."-----

Vítor Clemente: "O que é certo é que já se aprovou maioritariamente o PAEL, e ele está em andamento, mas nada disso ainda, julgo eu, que da parte do executivo saiba se já foi diferido. No que diz respeito aos valores, se os tais dez milhões de euros para contrair junto da banca, se podemos verificar com algum tipo de cuidado, e com certeza que o PS em conjunto com os elementos todos do PSD poderíamos tratar deste assunto de uma maneira clara e evidente para que possamos evitar o PAEL, renegociando toda a despesa com as Águas do Algarve, com a Algar, com a Amal, com a Globalgarve, com a Areal. Eu estou disponível, como elemento do PS, com certeza que os outros elementos também irão colaborar no mesmo sentido."-----



Carlos Gabriel: "Falando nas despesas que a autarquia fez ao longo dos anos, e que a responsabilidade efectivamente é de todos nós, tanto na oposição e no Governo, vou relembrar mais uma vez, que em tempos passados, quando a Câmara tinha dinheiro a prazo, fomos acusados aqui, pela bancada do PS, que não fazíamos obras, que o dinheiro estava no banco, e que era necessário fazer obras, não tínhamos nada que ter o dinheiro no banco, que o dinheiro era para investir no concelho. É só para relembrar isto, a responsabilidade é de todos, mas isto passou-se, os seus camaradas de bancada lembram-se disso, portanto havia dinheiro, a Câmara tinha dinheiro a prazo, e nós, PSD, éramos acusados que não fazíamos obras."-----

Vítor Clemente: "Não respondendo ao colega Carlos Gabriel, sobre esta situação, veja no que diz respeito ao exercício do executivo o capital e as correntes, aquilo que estamos a discutir é a conta corrente, aquilo que hoje estamos com dificuldades é na conta corrente, não é o capital, não é o investimento. Esse investimento foi feito, e ainda bem que foi feito, deveria ter sido há muito mais, e ainda nesta estrutura fizemos esse tipo de crítica, chamámos à atenção, muita das vezes, em que na parte das correntes havia consumos na casa dos sessenta e tal por cento, em capital na casa dos vinte e qualquer coisa por cento, é aí que se verifica este tipo de dificuldades, não é em relação às grandes obras ou pequenas obras que foram feitas, essas são a grande maioria delas participadas."-----

Paulo Freitas: "Eu estava em equívoco, mas já retirei as dúvidas. Fui ver ao relatório. Esta Assembleia só tem de tomar conhecimento, portanto não há que tomar nenhuma deliberação. Já ouvimos aqui dizer várias vezes que o executivo deve preocupar-se com as pessoas e não só com o dinheiro, não é só porque é grátis que é bom. De facto, o executivo até esta data, aquilo que fez foi uma coisa tão simples como o apostar na qualidade de vida das pessoas que aqui residem, e graças a isso, existem bons pavilhões, como foram referidos, existem boas escolas, existem bons acessos, existe toda a base da qualidade de vida das pessoas que aqui residem, independentemente de estarem cá há mais ou menos tempo. Apostou na qualidade de vida das pessoas que aqui vivem, na qualidade de vida das pessoas que aqui querem viver, e de facto, fazer obras para pessoas que têm tão só olhado para números, não é fácil. A questão é esta, se houvesse dinheiro e não houvesse obras, haveria a crítica, não há dinheiro porque se fez obra, e essa obra foi para valorizar as pessoas que aqui residem, há crítica. Mas queremos todos ser construtivos, mas construtivo foi o executivo, e utilizou o dinheiro bem utilizado, utilizou o dinheiro para promover a qualidade de vida dos seus residentes, e teve que suportar bastantes custos que foram impostos pelo Governo Central, e custos que ainda hoje estão a ser carreados para este executivo, por exemplo a Pólis, o qual foi imposto, e outros do género, não vale a pena nós estarmos aqui com alguma demagogia a tentar responder às críticas feitas nesta assembleia. É



facto que há dificuldades financeiras, quem nos dera a nós que fosse só este executivo, mas é que não é. É uma questão sistémica do país inteiro e que se vai tentar recuperar, e que se vai tentar travar esse problema, e o executivo certamente irá manter o caminho que tem travado até agora."-----

Francisco Oliveira: "Eu de facto, depois desta intervenção fiquei chocado, porque se de facto a qualidade de vida, é ter pavilhões, eu não sei como é que o senhor deputado vai conseguir responder às pessoas que estão na rua, que têm fome, que têm dificuldades financeiras e que têm excelentes pavilhões para terem qualidade de vida. É que de facto, nós entramos aqui numa perspectiva de dizermos que estávamos de certa maneira solidários, com estas situações que se passaram. E o senhor deputado o que fez, foi uma atitude demagógica, relativamente a tudo aquilo que se passou no ano passado, e que de facto, todos nós contribuímos, mas com uma atitude perfeitamente anacrónica e desconhecimento da realidade. Porque de facto, eu gostaria que o senhor deputado encontrasse alguém na rua com fome e lhe explicasse que temos um pavilhão maravilhoso, e de facto, neste momento temos qualidade de vida, mas a qualidade de vida básica e fundamental é dar de comer às pessoas, eventualmente promover algum arrendamento. E devo dizer já agora que o Partido Socialista desde dois mil e oito tem vindo a alertar para os excessivos gastos, como os que fizeram nas passagens de anos, uma série de festas, uma série de despesas, que entendíamos serem desnecessárias, mas nessa altura, a resposta era: o povo saberá e votará em conformidade, era esta a resposta. Parece-me uma visão muito discrepada da realidade."-----

Paulo Freitas: "O que eu quis dizer foi uma coisa tão simples como isto: que a Câmara Municipal de Albufeira utilizou dinheiro em obras, e o senhor membro, utilizando a sua expressão, sabe perfeitamente o que eu quis dizer, e não foi achincalhar das necessidades das pessoas, necessidades básicas das pessoas. Em momento algum houve algum comentário negativo acerca das pessoas passarem fome, e o senhor sabe perfeitamente que a Câmara Municipal tem suportado os custos para tentar diminuir as necessidades das pessoas, as necessidades básicas. E isso não é demagogia, a Câmara tem tido esse cuidado. A Câmara tem tido o cuidado de fazer o acompanhamento às pessoas necessitadas do concelho, e isso custa dinheiro, é um facto, também custa dinheiro os jovens terem escolas e os pavilhões. Os senhores criticaram nesta Assembleia Municipal porque determinada Freguesia não tinha um pavilhão, e hoje são contra isto. Há necessidades que, infelizmente, não podem ser supridas pelas Câmaras Municipais. Isto sim é demagogia, querer imputar determinadas deficiências, que são do Governo Central, e não do executivo camarário, para tentar arranjar aqui uma circunstância só para termos razão, isto sim é demagogia. Estamos nós solidários e infelizmente, temos pessoas no concelho com dificuldades, às quais nós



não conseguimos suprir. Agora o que não pode acontecer é tentar ver apenas aquilo que vos dá jeito para terem benefício político da circunstância."-----

Luís Fernandes: "Ouvindo o discurso do nosso colega de bancada do PSD, é verdade, o PS criticou o não obra da bancada do PSD. E é verdade que não havia obra, e a insistência do PS era eventualmente com dinheiro que havia. Ninguém lhes pediu para fazerem a obra com o dinheiro que não havia. E hoje estamos aqui a discutir isto, e parecia que era um ponto sem importância e transformou-se num ponto fulcral nesta Assembleia, esta é que é a realidade. O que o PS se referia era que fizessem uma obra séria, não era uma obra eleitoral, e o que vocês fizeram em dois mil e oito foi obra eleitoral. A Câmara em dois mil e oito não tinha dívidas, e agora tem cerca de noventa ou cem milhões de euros de dívidas, isso é que o PS dizia para não fazer, essa é que é a vossa consciência, ninguém queria que vocês gastassem aquilo que não tinham, era para gastarem aquilo que tinham, façam obras com aquilo que têm, e essa é a consciência que nós queremos hoje aqui, e o chamar da consciência. Obrigada."-----

Carlos Lima: "Chegámos a este ponto que chegámos, acho que convém é debatermos como é que vamos sair disto. Porque estarmos sempre a falar do passado, eu ouvi aqui desta bancada o Vitor achar bem termos pavilhões, ouvi pela voz do Luis achar mal os pavilhões, desse lado também já ouvi uma coisa e o contrário. Portanto acho que esse discurso deve acabar, podemos reflectir sobre ele, mas não é mais importante, porque todos sabemos que Albufeira merece pavilhões, merece isso tudo, mas também merece uma coisa, senhor deputado, é que as piscinas estivessem a funcionar. O que quer dizer que esse nível de vida que nós temos já está a ser posto em questão até nas piscinas, já não há dinheiro para as manter abertas, portanto já que chegámos a este ponto temos de pensar o que é que vamos fazer a seguir, e aí é que temos de estar todos de acordo na procura das melhores soluções. Porque estarmos sempre a falar do passado, até assistimos a isto, é o deputado Paulo Freitas dizer que a culpa é do Governo Central, que ele ainda não se deve ter apercebido que é o PSD que lá está, não é o PS. Portanto acho que devemos parar de andar a acusarmo-nos uns aos outros. Aquilo que foi dito pelo Francisco Oliveira muitas vezes, quando critica as festas que se faziam, se calhar tinham alguma razão de ser. Nunca ouvi ninguém criticar que se fizesse as piscinas, que se fizesse o pavilhão, que se fizesse aquilo que as populações têm direito. Claro que agora é fácil dizer que se calhar devíamos ter guardado o dinheiro que agora faz falta. O dinheiro das festas, se calhar podíamos ter feito festas mais pequenas, podíamos ter-nos endividado menos, agora não podíamos de maneira nenhuma deixar de fazer os pavilhões e as piscinas, porque isso é o básico para uma cidade que deve ser chamada de cidade, o resto há que ser gerido. E por isso é que o senhor Vitor disse e muito bem, que há despesas de capital e há despesas correntes. Se calhar as despesas de capital não estão tão sobrecarregadas como as despesas correntes, aí é que houve os





desperdícios que diversas vezes o Partido Socialista alertou. E uma das razões, e eu não quero ser politicamente incorrecto, que eu também sou político, e não sou daqueles que diz que não sou político, estando aqui, agora há políticos e políticos, eu gostava de saber, neste período de contingência, de cortes de tudo e mais alguma coisa, expliquem-me por favor, que eu quero perceber, porque é que tendo saído o cabeça de lista do PSD, Desidério Silva, saiu, porque é que obrigatoriamente teve outro Vereador a tempo inteiro? Gostava de saber. Estamos a falar de mais um Vereador, que eu não estou a pôr em questão se tem direito a ser Vereador, mas porque é que tem de ser a tempo inteiro? Há necessidade? Ou será que foi porque saíram dois funcionários para a reforma, um com duzentos e trinta euros e outro com quatrocentos e trinta euros, funcionários desta Câmara, como saem dois pode entrar um? Penso que tinha sido um bom sinal o PSD dizer: nós temos mais um vereador, mas nós não precisamos dos cinco agora, a tempo inteiro, eu sei que isto é politicamente incorrecto, sei que isto não deve ser dito, porque eu sou político, e essa situação também é de outro político, mas penso que de uma vez por todas, nós não nos podemos fechar no nosso casulo e arranjar as nossas coisinhas, porque as pessoas lá fora vêm, e já não é a primeira, nem a segunda, nem a décima pessoa que vem com este comentário. Eu estava a pensar dizer isto no ponto número oito, onde se viu na lei a possibilidade de cortar na ajuda das despesas de representação. Mal viram isso, há que questionar, se vamos cortar cento e oitenta euros ao Director de Departamento, se calhar podiam ter pensado melhor, se havia necessidade ou não de ter o Vereador a tempo inteiro. Não é questão do dinheiro em si, é uma questão de sinal, de mostrar que estamos preocupados com os gastos e vamos começar a cortar naquilo que não é essencial. Porque todos falamos disto, todos falamos em "gordura", falamos de tudo e mais alguma coisa, mas o que se vê, infelizmente, é o corte nos ordenados, é o corte naquilo que o trabalho ainda vai dando cada vez menos, porque as outras coisas são opções políticas muito difíceis de tomar, e se calhar era muito difícil ter de tomar essa posição, mas se calhar era um bom sinal, sem querer com isto, nada me move contra o Vereador que está a tempo inteiro, nada me move que isto tivesse sido feito há quatro ou cinco anos atrás, como foram os pavilhões. Porque se hoje viessem dizer que iam fazer um novo pavilhão, eu que até gosto de pavilhões, eu dizia que não, umas piscinas também ia dizer que não, de certeza que essas propostas não vão aparecer. Há três ou quatro anos atrás isso era normal, era evidente, e tinha que se investir nisso, porque Albufeira precisava, estava vinte ou trinta anos atrasada em relação aos outros concelhos nesse tipo de infra estruturas, estaria mais avançada noutras, mas nessa estávamos muito atrasados. Combatemos essa deficiência, mas nesta altura não tínhamos hipóteses nenhuma de fazer nada disso, já está, agora temos possibilidades de fazer outras coisas, temos de começar a



pensar na actualidade, e o que é que deve ser feito agora. E a primeira oportunidade escapou.”-----

Carlos Gabriel: “O senhor Carlos Lima, por acaso agora, respondeu em parte àquilo que eu ia dizer. E disse que nunca ouviram aqui criticar a construção dos pavilhões, mas efectivamente esta noite, um colega seu de bancada, criticou a construção dos pavilhões. Eu também como estou ligado ao desporto de jovens deste concelho, posso dizer que tenho jogadores, nomeadamente no futsal, famílias carenciadas, em que nós não cobramos cotas a jogadores, a pai nenhum, ninguém paga absolutamente nada, e é um grande apoio que este concelho dá a todos os jovens carenciados, que na medida em que os introduzimos no desporto, conseguimos tirá-los, eventualmente, de outras práticas, roubos, drogas, etc. portanto a construção dos pavilhões deve ser das coisas mais nobres que foi feita aqui neste concelho. E não posso admitir que alguém levante a voz contra a construção dos pavilhões municipais deste concelho.”-----

Adriano Ferrão: “Nas intervenções anteriores foram referidos alguns factos, mas de qualquer maneira eu tenho de dizer mais qualquer coisa. Acho que o que há aqui são estilos dos nossos companheiros de bancada do PS, que são diferentes, e têm todo o direito de ser diferentes, mas existem às vezes algumas opiniões dogmáticas que chocam mais. Depois há um discurso mais moderado que realmente relativiza a construção dos pavilhões, as suas necessidades, e que, enfim, a análise que se vai fazendo por vezes deixa de ser diacrónica e fica anacrónica, e vai-se estragando, enfim toda a verdade. De qualquer maneira, o que está aqui, é que esta vila tinha a missão de passar a ser cidade, e esta cidade tinha no seu caminho ser considerada o destino turístico de eleição do Algarve. Ser destino turístico obriga a reunir recursos turísticos e tornar o património recurso turístico e tem de ser focalizar para diferenciar este destino turístico dos outros destinos turísticos. Criar maior fraternidade para que os turistas venham aqui, gastem o seu dinheiro, façam a economia local e regional crescer, tornar-se mais próspera, e por muitas vezes se justificar com as festas, quando muitas delas seriam justificadas com este propósito. E este propósito é razoável para quem entende qualquer coisa de turismo. Não se pode ter um destino turístico, que é um destino turístico balnear, onde é espectável ao turista encontrar animação, e que essa animação não tenha também a sua quota parte de festas que são patrocinadas ou por empresas privadas ou pelo próprio município. De modo que, está no direito de cada um criticar, que foi demasiado, que foi excessivo. É fácil acusar que se gastou dinheiro, e também gostava de saber quanto dinheiro é que, em percentagem, em relação ao bolo total daquilo que é, no fim de contas, a despesa, neste caso a despesa do concelho. Vamos ver que afinal não é assim uma coisa que iria com certeza dar a volta à situação em que nos encontramos. Depois temos aqui um outro sentido que é (parece que têm uma bola de cristal), o PS em dois mil e oito tinha



uma bola de cristal e criticava já os gastos excessivos. Naquela altura, em dois mil e oito, havia ainda receitas suficientes para se ir tendo algum positivismo, algum optimismo, tomando em consideração que determinadas obras iriam tornar uma vila cada vez mais em cidade, e dar uma qualidade de vida àqueles que aqui vivem e àqueles que nos visitam. Claro que, era necessário investir, e investiu-se naquilo que se acreditava, que no historial que existia, nada havia no horizonte de nuvem negra, que viesse, no fim de contas, destabilizar a situação financeira-económica do país, e enfim, da Europa, e por isso se investiu. Claro que nessa altura ninguém previa nada disso, o nosso colega Luis Fernandes nessa altura também não sabia, e aqui nada foi dito nesse sentido. Enfim, consideraram que poderia ser demais, mas toda a gente estava de acordo que realmente Albufeira precisava de bibliotecas, precisava de piscinas, precisava de todas as infra-estruturas, e dos pavilhões que foram criados. É em dois mil e nove que nós reparamos que afinal esse dinheiro que estava a ser gasto iria fazer-nos falta no futuro. É facto, tal como a oposição faz na Assembleia da República, e nós podemos ver isso muitas vezes, as acusações, mas uma receita, uma colaboração positiva e uma receita concreta para superar as dificuldades nunca aparece, e aqui continua a não aparecer, mas dizer, meus caros isto agora é assim, assim e assim, há aqui esta via, e vamos trabalhar juntos."-----

Ana Simões: "Eu tenho ouvido muitas coisas aqui esta noite, mas o mais importante ainda não foi falado. Fala-se que votaram A, votaram B, votaram C, mas o que é verdade e eu bem me recordo nesta Assembleia é que o maior bolo da dívida é despesa corrente. É o facto de a Câmara Municipal ter tomado a responsabilidade das escolas, sem nenhuma provisão por parte do Governo Central; é o facto de termos de fazer parte de uma série de coisas tão básicas como a recolha do lixo, a limpeza, e muitas das vezes o que se recebe do Governo Central é uma percentagem ínfima dos custos das coisas que nós temos. Isto são fundos que não são de forma nenhuma contabilizados e que nunca são recebidos. Basicamente o que a Câmara fez durante estes anos todos, foi usar dinheiro de obras para suprir despesas correntes comuns que são não são contabilizadas pelo Governo Central. Isto é uma zona de turismo, é uma zona que tem despesas completamente diferentes de outro concelho qualquer, que tem outro tipo de propósito, e é isto que ninguém ainda tinha dito. Aqui há uma despesa que é feita todos os dias, que tem de ser suprida, e não foi com o dinheiro que foi pago pelos pavilhões, ou com a entrada de Albufeira, ou com as piscinas, ou biblioteca que fez subir a dívida, é que todos os dias, por mais que se corte em determinadas despesas, continua a subir a dívida porquê? A despesa das autarquias foi aumentando, no nosso caso é sempre a multiplicar por valores muito maior que a população que nós temos residente, e o resultado final é que sim, a dívida sobe, pois claro que sobe. Nós temos de nos preocupar com a nossa população residente, mas



também temos de nos preocupar com aqueles que nos visitam, que não são poucos, e as pessoas chegam cá e têm de ter o lixo recolhido, as ruas limpas, e isto tudo custa dinheiro. Mas não é contabilizado, só são contabilizados os pavilhões e as obras, mas a despesa corrente de todo o dia tem de ser contabilizada, e é essa que é tipo um combóio que faz subir a nossa conta, independentemente das obras que já foram feitas, mas a despesa continua a subir com as coisas pequeninas, que são tomadas umas a seguir às outras, mas essas não são contabilizadas pelo Governo Central, em termos de custos, como obviamente outros municípios que têm vinte, trinta mil pessoas, mas que recebem de acordo com as pessoas que lá vivem. Nós não recebemos de acordo com os serviços que temos de prestar, estamos constantemente a pagar serviços sobre os quais não temos dotação por parte do Governo Central. Desculpem lá, eu achava que isto tinha de ser dito."-----

Francisco Guerreiro: "Eu não vou discutir aqui aquilo que foi feito, posso discutir é aquilo que não foi feito. E algumas coisas que foram feitas foram com o meu contributo, a minha opinião, e tudo aquilo que eu pude fazer para que esses benefícios fossem feitos, portanto nem vou discutir isso com ninguém. Agora, o que faço e digo é com consciência. Falhar, toda a gente pode falhar, mas aquilo que muitas vezes se diz, se calhar às vezes para sobressairmos um bocado, agora que vai sendo altura disso, em que estamos num ano de eleições também é importante, não é? Porque todos são políticos, querem se mostrar, para ganharem poder, não é novo, até porque eu estou à vontade, estou no fim de carreira, e há trinta anos que aqui estou, mas estou de consciência tranquila, e há coisas que eu não posso aceitar. Critica-se aquilo que se faz, eu acho que se deve criticar é aquilo que não se fez. No outro dia tive o cuidado de agarrar em alguns documentos que tenho arquivado, relacionados com a Câmara Municipal, sobre os orçamentos e receitas desta instituição. E tive a oportunidade de rever as receitas que esta instituição tinha e aquilo que tem hoje, porque se calhar se chegar ali em cima à secção de obras, se calhar haverá dias que se faz cinquenta ou sessenta euros, imagino eu, isto quer dizer que se não há receitas, pois também não pode haver obras. E aquilo que estava em marcha não se podia parar, parou-se esta entrada de Albufeira, mas não foi a Câmara Municipal, foi o Governo. Portanto aquilo que a Câmara tinha em marcha penso eu que foi quase tudo concluído. Quando se vem para aqui criticar que não se fez aquela estrada, não se fez aquilo, e depois quando se faz aparece uma dívida, porque as receitas também falharam, desculpem lá, andamos aqui a brincar às políticas? Porque nós aqui, penso eu, que ninguém está com más intenções, e temos todos de assumir os erros que cometemos. Eu pedi empréstimo ao banco para fazer uma casa para mim, assumi, tive de pagar, é simples, isto é muito simples. Agora, temos de ter é consciência das receitas, e podem ir ver, a qualquer momento, o que se fazia anteriormente, as receitas que existiam e vá ver hoje, é uma



diferença abismal, portanto erros todos nós cometemos. Também sou crítico quando a Câmara comete erros, e se calhar de toda a gente que aqui está, sou eu o único que não veio a uma festa a Albufeira, se calhar já toda a gente esteve numa festa aqui, eu nunca vim a uma festa, porque sou contra determinados gastos. Não estou a dizer para não se gastar. Temos de ter a coragem de dizer, eu estou no fim de carreira mas não deixarei de vir cá, agora não me venham é para aqui com demagogias políticas."-----

Presidente da Câmara Municipal: "Foram realmente muitas questões levantadas aqui, vou tentar responder de uma forma mais sucinta. O Francisco Oliveira falou no facto de Albufeira estar no primeiro lugar nas dívidas àquelas quatro entidades. Eu já disse várias vezes e torno a repetir, que a opção da Câmara de Albufeira foi ficar a dever essencialmente às Águas do Algarve, e porquê? Porque entendemos que era uma empresa com uma estrutura completamente diferente, e que seria melhor capaz de ultrapassar as dificuldades. Porque nós optamos por pagar mais rapidamente àquelas pequenas e médias empresas. Portimão não tem só quatrocentos mil euros de dívida, é porque Portimão tem uma empresa municipal, Portimão tem uma dívida de cem milhões de euros, tem um PAEL com cem milhões de euros. Nós estamos com vinte e oito milhões de euros que foi aprovado aqui nesta Assembleia. Portanto, nós temos de ser verdadeiros naquilo que dizemos, e atenção os números não enganam. Não estou a dizer que não estou preocupado, como o Vitor Clemente diz, é verdadeiramente preocupante, mas quando o Secretário de Estado refere aqui neste relatório, visto com preocupação, é natural que ele diga isto, repare, as discrepâncias que há aqui entre o relatório e depois o que vem explicado de uma forma muito técnica, mas o que foi detectado foi um erro que havia entre as facturas de dois mil e onze e as facturas de dois mil e doze. Isto é, a Inspecção Geral de Finanças quando fez a auditoria somou facturas de dois mil e onze que não foram pagas em dois mil e onze, e que foram transitadas para dois mil e doze, conforme se faz todos os anos. Facturas não pagas num ano são transitadas para o outro ano. A inspecção quando esteve cá contou em duplicado, daí que aparece doze milhões de euros a mais relativamente aquilo que é a realidade. Portanto quando o Secretário do Estado diz que é com preocupação, evidentemente que é preocupante, o número é grande, são vinte e oito milhões de euros de pagamentos em atraso, em Janeiro. Em relação ao PAEL, já está aprovado desde a semana passada, são cerca de vinte milhões de euros, os tais oito milhões, nós pagámos uma boa parte de pagamentos em atraso, desde o momento em que nos candidatámos, que veio abater ao valor que nos iam financiar, quando eu sugeri na altura, que pagássemos primeiro facturas mais recentes e deixar as outras para trás, mas disseram-me que não podia fazer isso. Isto para dizer que o município de Albufeira, não está numa situação económico-financeira favorável, obviamente que não está, mas temos a consciência de que em dois mil e sete nós tínhamos um orçamento de





cento e dois milhões de euros, o que era normal para este município. Em dois mil e dois, quando tomámos posse nesta Câmara Municipal, tínhamos uma dívida, vinda do executivo anterior, de cerca de um milhão de contos, e tivemos de pagar rapidamente. A partir desse momento, até dois mil e oito pagávamos tudo a seis/sete dias. Obviamente que ao longo destes anos construímos infra estruturas, construímos seis escolas novas de raiz, fizémos obras nas dezassete escolas do concelho, triplicámos o número de lugares dos jardins-de-infância, neste momento não temos basicamente quase listas de espera, nestas condições, nós podemos dizer que existe um bom nível de vida em Albufeira, fizémos parques de estacionamento, as piscinas, a biblioteca, os tais pavilhões. Ora, construímos essas estruturas todas, com certeza que aumentaram as despesas correntes. A época do cimento e do alcatrão já lá vai, o investimento neste momento, e nós temos de acompanhar o termo investimento, não pode ser pensado da mesma maneira que foi há vinte anos, em que Albufeira. Temos os reservatórios de águas e saneamento, fizemos durante todos estes anos bastantes infra estruturas, a dívida que está aqui a ser considerada é à volta de sessenta milhões de euros, total. Quando digo total é a curto e médio prazo, é aos fornecedores e aos empreiteiros e aos bancos. Relativamente às dívidas, queria dizer ao Carlos Lima que não há buraco nenhum, não há nada escondido, o que há é uma diferença no relatório de doze milhões de euros que foram contados em duplicado. Quero dizer ainda que as piscinas estão previstas abrir em Janeiro. Em relação ao relatório, seria verdadeiro se não houvesse aquela duplicação de valores, e penso que estão respondidas todas as questões. O grande problema que há neste momento, para além da crise financeira, é uma crise social, e esperemos que isto com o PAEL melhore. E o orçamento deste ano de dois mil e doze, vai chegar ao fim do ano se calhar com sessenta e dois milhões, são quarenta milhões a menos de receita, ora quarenta mil milhões de receita também tem de haver quarenta mil milhões de despesa, e se a despesa corrente é o que é, logicamente a despesa de investimento terá que ser quase nula. Temos de manter aquilo que temos. Temos de manter as escolas, manter os espaços desportivos, manter a limpeza, manter as estradas e os caminhos, manter a rede de águas e saneamento, os reservatórios, isso tudo. Estamos conscientes que temos dificuldades, há dificuldade em arranjar os dez milhões de euros, não é fácil, agora, que haja aqui tentativa de gastar dinheiro mal gasto, da minha parte acho que não. "-----

Presidente da Assembleia - "Proponho que se delibere tomar conhecimento do relatório." -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a sua proposta a votação. -----

**VOTAÇÃO:** PROPOSTA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA-  
TOMADA DE CONHECIMENTO -----



Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis(26) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Vitor Clemente, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Alberto Saraiva, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Serra, Rosário Charrua, Manuel Gonçalves, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----

### PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Alteração ao Plano de Urbanização da Frente Mar da Cidade de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Luis Fernandes: "Só para ter conhecimento de qual é o Plano, uma vez que não me chegou o documento, se o senhor Presidente poder dar um esclarecimento rápido eu agradecia."-----

Presidente da Câmara: "O plano de pormenor da cidade de Albufeira é o plano que foi feito no âmbito do programa Pólis, mas tem algumas pequenas alterações. É o mesmo plano da frente mar, da Inatel até à Marina."-----

Vítor Clemente: "Na página três, no ponto número dois, onde diz: *"No âmbito da aplicação das normas regulamentares referentes ao solo urbanizado, a referência ao uso de restauração inclui estabelecimentos como pastelarias, gelatarias, cafés, casas de chá ou similares, desde que não possuam equipamentos de reprodução de som, espaços para dança e não realizem eventos de música ao vivo."* Será que esta situação se encaixa lá em baixo? Outra situação, que é a pintura branca, no que diz respeito à parte dos edifícios em termos de exterior, qual é a cor? Já perdemos a característica de vila branca em mar azul, que é de lamentar."-----

Presidente da Assembleia Municipal: "O que eu leio aqui é que restauração é restaurantes, pastelarias, gelatarias, cafés, casas de chás ou similares, e estes tipos de estabelecimentos não devem possuir equipamentos de reprodução de som, espaços para dança e não realizar eventos de música ao vivo. São estes estabelecimentos de restauração que estão aqui referidos."-----

Vítor Clemente: "Com a conexão a ser feita, julgo eu que de facto devia haver mais rigor, porque mais tarde as pessoas vão fazer música ao vivo, e por aqui não podem fazer. Lá em baixo não podem ter música ao vivo então." -----



Presidente da Assembleia: "Lá em baixo não vejo pastelarias a ter música ao vivo, eu nunca vi, em gelatarias também nunca vi. O que eu leio aqui é que no caso de restauração, inclui estabelecimentos como pastelarias, gelatarias, cafés, casas de chá ou similares, que não possuem equipamentos de reprodução de som, espaços para dança, são só estes estabelecimentos. Não estamos a falar de bares."-----

Carlos Lima: "Eu não conheço restaurante nenhum, nenhuma pastelaria de Albufeira que não tenha televisão, têm televisões e têm rádio. E aqui aproveito para introduzir o que se passa com o regulamento, que penso que era o que regulamentava isto, em que diz que, um bar que tivesse uma televisão, ou um rádio, qualquer aparelho que reproduzisse música, que devia estar sujeito àquela licença de até às duas horas. Isto não faz sentido e tem de ser revisto. E eu pensei que isto fosse regulamentado nesse regulamento. Agora, cuidado porque aí fala de equipamentos de som, e pensando na interpretação que fizeram no outro, que o rádio é considerado equipamento de som, é equipamento de som susceptível de produzir ruído, que é proibido. Portanto, eu alego para o que está aqui escrito. Eu conheço duas pastelarias, a pastelaria Riviera e Florença, tanto uma como outra têm televisão, então estas não estão incluídas? E a pastelaria lá em baixo, a Barom, está incluída? Vai ter de tirar a televisão, ou vai ser considerada como um bar? Portanto, eu só alerto para o rigor com que se escrevem as coisas nos regulamentos. É extremamente difícil fazer regulamentos, mas depois a interpretação não é aquela que se pretende, e depois é um bocado difícil dar a volta. Portanto, só estou a alertar para isto. Uma televisão, ou até um rádio a pilhas é susceptível de produzir som."-----

Luis Fernandes: "Para aliviar um pouco o ambiente, hoje está muita tensão aqui dentro, Senhor Presidente, há pouco quando se referiu a brincar, sobre a piscina lá de baixo, mas permita-me que diga a si e a todos os presentes que aquele espelho de água, desde o primeiro ano que foi aberto, é apenas uma Marina que só tem edifícios à volta, é mesmo só um espelho de água. Como dizia o Carlos Lima, na última Assembleia Municipal, o político não é aquele que vê, é aquele que tem a capacidade para prever, e quem previu aquilo, não era cego de todo."-----

Ana Cristina Pinto: "Em relação a este ponto, eu acho que é tudo uma questão do português. A minha questão prende-se com a palavra restauração. Eu não vi qual é o ponto número um, ou o anterior, portanto não sei o que é que isto quer dizer. Onde diz: *no âmbito da aplicação das normas regulamentares referentes ao solo urbanizado, a referência ao uso de restauração*, estamos a falar do uso da palavra restauração que não inclui restaurantes, snack bares? A questão que eu estou a levantar tem a ver com o português, é a leitura, a interpretação. Tenho uma segunda questão: um restaurante não pode ter uma noite de fados? De acordo com este regulamento, não pode? De acordo com isto não pode. Portanto, eu tenho duas questões, uma é a redacção, não



está clara, e depois a outra questão, é o licenciamento de determinadas actividades, quando refere que não possui equipamentos de reprodução de som. Um simples rádio que paga direitos de autor é reproduzidor de som."-----

Adriano Ferrão: "É só para esclarecer que existe um decreto-lei, decreto regulamentar, portaria, onde estão indicados o que são os estabelecimentos de restauração e os estabelecimentos de bebidas, e são completamente diferentes. E por restauração é o que está definido neste ponto, que está a referir-se somente à restauração. Os estabelecimentos de bebidas têm a possibilidade de ter as tais salas com aparelhos de reprodução de som, está na Lei, e por isso têm essa possibilidade de terem um som mais alto, mais poderoso. Nos de restauração isso não está contemplado, mas, dentro do espírito da Lei, não é uma televisão ou um telemóvel, ou um mp4 que vai exagerar o som, portanto não podemos levar isto a essa letra, não é isso que vai incomodar."-----

Ana Cristina Pinto: "Eu continuo a achar que a redacção deste ponto não está correcta e deve ser revista."-----

Presidente da Assembleia Municipal: "Eu também fico com algumas dúvidas, isto tem de ser revisto. Uma vez que vamos ter Assembleia dia dezanove, proponho que este ponto seja revisto numa comissão de análise para ser corrigido e deliberado então na Assembleia de dia dezanove. Solicitava voluntários para ajudarem os técnicos da Câmara na redacção desta cláusula."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia propõe que se delibere a retirada deste ponto no sentido de se constituir uma comissão de análise sobre esta matéria."-----

**VOTAÇÃO:** PROPOSTA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA-----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Vitor Clemente, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Alberto Saraiva, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Serra, Rosário Charrua, Manuel Gonçalves, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne."-----

Ausência: zero (00) -----

A proposta é aprovada por unanimidade. -----



## PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação do Regulamento da Taxa Municipal de Protecção Civil do Município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Carlos Lima: "A questão que eu quero colocar é que parece-me que este regulamento foi criado para enquadrar a cobrança desta taxa que era cobrada na água para dar aos Bombeiros, parece-me que é isto. Agora coloco uma questão, o regulamento está feito, é possível a Câmara incluir esta taxa no bolo que está previsto no regulamento e ser cobrado juntamente com a água, agora pergunto é como é que este dinheiro depois vai ter aos Bombeiros? Como é que é dada esta garantia, se bem que nada disto aqui, no regulamento, diz que este dinheiro é para os Bombeiros. Isto é uma taxa de protecção civil, que a Câmara acha por bem cobrar, e acho bem, agora, a finalidade disto, todos recordamos que é para ajudar os Bombeiros. E eu gostava de saber como é que depois de aprovarmos isto, como é que temos a garantia que esta taxa que vai ser cobrada, neste âmbito, vai ter destino para os Bombeiros, se é através de protocolo, como é que a Câmara vai fazer isso?"-----

Presidente da Assembleia: "Realmente aqui não consta, mas a entidade que prossegue no concelho a Protecção Civil, quem é? Para mim, e face à intenção de demonstrar a razão da criação, será suficiente. E cá estaremos para ver."-----

Francisco Oliveira: "A questão é por que razão a Câmara, com base neste regulamento, não teria um protocolo com os Bombeiros nesse sentido, até porque se trata de uma taxa, uma taxa que pressupõe serviço prestado, e que eventualmente protocolado com os Bombeiros, esse valor em troca dessa mesma taxa. Não é uma contribuição, não é um subsídio, é de facto uma taxa, e em termos jurídicos, é uma taxa que pressupões contrapartidas. Ora aqui estão pagas, e portanto essas contrapartidas estão pagas e não estão destinadas a outra entidade. E portanto a nossa proposta era no sentido de, para além do regulamento, que a Câmara elaborasse um protocolo com os Bombeiros, no sentido de esse montante ser entregue em contrapartida da prestação de serviços."---

Carlos Lima: "A minha questão é esta: nós avançamos com aquela deliberação, mas não foi possível avançar porque era ilegal. É preciso haver um regulamento. E a questão é se esse protocolo tem enquadramento legal, porque se não temos agora um regulamento, a Câmara começa a cobrar as taxas, e depois vê-se impossibilitada, por alguma razão legal, de transferir o dinheiro para onde é suposto ser transferido. Primeiro deliberamos aquilo, e depois ficou em "águas de bacalhau" porque não se podia avançar."-----

Presidente da Assembleia Municipal: "A questão que nós criámos aqui, é que nós não podíamos estar a criar a taxa só por deliberação. Tinha de ser via regulamento, É uma





questão meramente formal. A Câmara tem a protecção civil, mas quem presta os serviços efectivos são os Bombeiros."-----

Presidente da Câmara: "Essa taxa é exclusivamente destinada à Associação dos Bombeiros. Obviamente que em termos de transferência do dinheiro, o problema põe-se à volta de como tem sido até agora. Como é que a Câmara Municipal entrega o que o dinheiro? É através de um protocolo. E provavelmente vai ser da mesma forma, agora a origem do dinheiro é que é outra."-----

Carlos Lima: "É possível dizer isso por protocolo, dizer que a taxa que é cobrada nos recibos da água é toda entregue aos Bombeiros por protocolo. Não é dizer no protocolo que a Câmara vai transferir cinquenta, sessenta ou setenta mil euros, isso é diferente. Outra coisa é dizer que é este valor, é o valor que é cobrado aos munícipes. Não sei se poderá ser assim, estar a aplicar a taxa completa a uma entidade que não é a única a fazer protecção civil, não sei se depois poderá ser assim, depois vêm os juristas dizer que parte tem de ficar na Câmara porque nós também temos serviços de protecção civil."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Vitor Clemente, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Alberto Saraiva, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Serra, Rosário Charrua, Manuel Gonçalves, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausência: zero (00) -----

A proposta é aprovada por unanimidade. -----

### **PONTO SÉTIMO**

Apreciação e deliberação da Concessão de um Sistema de Transportes Públicos de Interesse Turístico em Combóio Rodoviário Articulado (Zona Nascente da Cidade); ----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente: "Sobre a questão do combóio turístico eu tenho uma perspectiva só, perspectiva essa que é a situação do município. O município paga o Giro, julgo que os valores tenham vindo a subir no que diz respeito à participação da Câmara. Já falei



na altura, no que diz respeito à situação do combóio, e depois à posteriori a autorização que foi dada pelo município a um autocarro chamado turístico, este combóio que está aí, de turístico não é nada, é um transporte colectivo. E de certa maneira vem tirar valor à situação da parte do Giro, é um prejuízo para o município, não é de maneira alguma um benefício. É uma situação que eu pediria para verificarem melhor. Eu digo mais uma vez, não deixem fugir os milhões que estão a fugir. O município necessita de reservas, necessita de dinheiro, não necessita de desperdiçá-lo. E neste momento o Giro faz falta, aumentou de facto em termos de território, aumentou as linhas, mas os prejuízos estão a aumentar. E estamos nós, o município, a pagar por tudo isso. Essa é a minha chamada de atenção, e como tal eu votarei sempre contra esta situação, porque o que está em causa é o município que está a ter prejuízos e cada vez vai ter mais. "-----

Francisco Oliveira: "Há um tempo atrás, quando se falou desta questão do combóio, e de transportes públicos, a bancada do Partido Socialista, sugeriu formar uma comissão no sentido de estudar e perceber o que é necessário para os transportes de Albufeira, tendo em consideração que neste momento temos uma variedade de transportes desde os táxis ao Giro, e tudo mais, no sentido de poupar dinheiro para a Câmara Municipal. Nós temos verificado que ao longo dos anos, o valor de participação da Câmara Municipal tem aumentado consideravelmente. Portanto das duas uma, ou há menos pessoas a utilizar o Giro, ou o Giro tem de ser renegociado, verificámos no último ano que a Câmara participou para a empresa do Giro com cerca de um milhão de euros. A ideia não é retirar o combóio turístico, não é retirar os táxis, a ideia não é retirar o Giro, é fazer uma congregação de esforços, que poupe pelo menos à Câmara Municipal e aos munícipes, e neste caso concreto em que estamos com fracos recursos, que se consiga reduzir esta factura enorme, porque eu presumo que, no que diz respeito ao comboio turístico, o valor que seja recebido do comboio turístico é relativamente pequeno. Portanto mais uma vez alertava para que se tome medidas, que se possa eventualmente cortar em alguns custos e reduzir a factura no que diz respeito ao pagamento à empresa que foi concessionado o Giro e que efectivamente se enquadra todo este tipo de transportes no circuito de Albufeira."-----

Carlos Lima: "Sobre este ponto, desde sempre eu fui favorável, contra a opinião de alguns colegas meus, mas desde que ele seja realmente comboio turístico, e tendo em atenção que está na altura de renovar a concessão por mais quatro anos, concordo que se faça uma avaliação. Para ver se aquilo a que nós chamamos comboio turístico é mesmo comboio turístico, ou se é um misto de comboio turístico/comboio de passageiros ou se é mais um transporte público. Portanto eu acho que está na altura de fazer essa avaliação, e tem todo o interesse que essa avaliação seja feita no conjunto dos transportes que são utilizados em Albufeira. Nada me move contra o comboio



turístico, parece-me, é que está na altura de avaliar e saber se realmente é disso que estamos a falar, e nesta altura, de contenção de custos, acho que, mais que noutra altura qualquer é a melhor altura para avaliarmos, por isso é que eu digo que, o que interessa é pensarmos daqui para a frente. Não vamos deixar as coisas correr e vamos ter de renegociar tudo, alterar tudo, melhorar tudo, e estudar tudo, para de uma vez por todas, tomarmos as melhores opções, e da maneira mais consciente, à luz daquilo que vivemos actualmente, que é o problema da crise. Se realmente o comboio turístico dá muito dinheiro e interessa que exista, se calhar é uma boa fonte de receita para a Câmara. Portanto, acho são tudo coisas que estamos na altura certa para ponderar, e acho que isto devia ter sido ponderado antes de estarmos aqui a discutir a renovação para mais quatro anos."-----

Presidente da Câmara: "O Giro está em fase de estudo, e com certeza que em relação à questão da contenção, que haverá outros pontos onde poderá eventualmente haver alguma contenção, obviamente que irá haver, tendo em conta a realidade, não vamos agora acabar com os transportes, terá de ser feita uma análise."-----

Presidente da Assembleia: "A minha ideia sobre isto não é grande ideia no sentido de poder dar respostas às perguntas sobre a matéria, mas há aqui uma questão que coloco, não há coincidência entre os percursos, entre o Giro e o Comboio Turístico. O Comboio Turístico circula na zona nascente, faz o percurso basicamente com turistas, o giro faz outro tipo de circulação. Não me parece que sejam realidades que colidam uma com a outra, mas é a minha ideia sobre isto."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: um (01) Vitor Clemente -----

Abstenções: três (03) Francisco Oliveira, Carlos Lima, Sara Serra -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Alberto Saraiva, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Rosário Charrua, Manuel Gonçalves, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria. -----

## PONTO OITAVO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da atribuição de Despesas de Representação a Dirigentes Intermédios de 1.º e 2.º graus.-----



O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Carlos Lima: "Só para clarificar, não li a proposta, mas a intenção é manter as despesas de representação sujeitas a que a lei obrigue a rever isso? Se isto veio aqui por alguma razão é, porque se calhar houve alguma alteração, alguma coisa na lei que fez a Câmara ponderar a atribuição ou não."-----

Presidente da Câmara: "Entrou em vigor em Agosto, a Lei número quarenta e nove, de dois mil e doze, é o novo estatuto de dirigentes. No estatuto anterior era considerado directamente, e agora entende esta nova Lei que, para que se continue a pagar a mesma quantia de despesas de representação é necessário que as Assembleias Municipais assim o deliberem com a alteração da Lei."-----

Vitor Clemente: "Mas também considera a questão da restituição."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à situação da Lei dos Compromissos, o que a Lei obriga é que seja a Assembleia a deliberar, sob proposta da Câmara, a manter o pagamento das despesas de representação que é estipulada por Lei, ou todo ou nada, não há aqui meio-termo, não há uma percentagem."-----

Vitor Clemente: "É porque hoje em dia, tanto para o executivo, como para a Assembleia, estas situações em termos de aprovação, somos altamente responsáveis."-

Presidente da Assembleia: "Na proposta formulada, a dúvida que se coloca é, saber se isto pode ser considerado como uma despesa corrente, como era considerada antes, e aí não contraria de forma alguma a Lei dos Compromissos, ou se vierem a considerar que isto é uma despesa nova, aí haverá uma contravenção à Lei dos Compromissos. Isto está sujeito à condição, deliberação nossa, de que a interpretação que venha a ser dada, seja de que isto não depende da Lei dos Compromissos, nem a contrarie, se tal acontecer, os destinatários terão de restituir o dinheiro. Portanto é uma deliberação de carácter público em que o destinatário não pode alegar desconhecimento. É sobre condição que está de acordo com a Lei dos Compromissos." -----

Carlos Lima: "Mas a decisão aí nunca é da Câmara, ou é?-----

Presidente da Assembleia: " A decisão é da Câmara e a autorização é da Assembleia."-

Carlos Lima: "Eu digo é o depois. O dizer que isto se enquadra na Lei dos Compromissos, e deixa de pagar, a Câmara pode fazer isso?"-----

Presidente da Assembleia: "Não. Depende do entendimento que a DEGAL vier a dar. A maioria dos municípios do Algarve, de que eu tenho conhecimento, mantêm esta situação, e ainda agora na Assembleia Intermunicipal do Algarve aprovámos também que se mantinha aos funcionários da Associação de Municípios do Algarve." -----

Luis Fernandes: "Esquecendo um pouco em termos internos do município, mas olhando para o geral, e quando me pedem para aprovar gastos de quadro intermédio, salta-me isto logo à primeira ideia, mas qual é a distância percorrida para um quadro



intermédio? Ajudas de custo? Quando andam com carros do município, despesas de deslocação? Deslocação por ir dos Olhos de Água, à Guia, não? A minha ideia é saber qual é a despesa incluída para um quadro intermédio. O quadro dirigente de topo, se fosse o Presidente da Câmara, obviamente, nem sequer discutia, agora quadros intermédios? Francamente, deixa-me alguma dúvida nisto." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: um (01) Luis Fernandes -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Vitor Clemente, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Serra, Rosário Charrua, Manuel Gonçalves, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausência: cinco (05) Nuno Lisboa, Alberto Saraiva, Rui Bernardo, Miguel Mesquita, Presidente da Junta dos Olhos de Água. -----

Antes de encerrar a sessão, são aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:15 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 4 de Dezembro de 2012 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

A PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

A SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_